



## Senadores vão retirar “jabutis” antes de analisar MPs, diz Renan

Segundo o presidente do Senado, emendas sem relação com o texto original das medidas provisórias poderão ser suprimidas antes da votação do mérito

Jefferson Rudy/Agência Senado



Entre Jorge Viana e Fernando Bezerra, Renan Calheiros explica que, a partir de agora, todas as MPs deverão ser submetidas ao novo procedimento

O novo procedimento foi anunciado por Renan Calheiros em resposta a uma questão de ordem sobre o que o Senado poderia fazer contra os chamados jabutis. De acordo com o novo rito, ao fazerem uma primeira análise em Plenário de uma MP, os senadores poderão votar a eliminação de trechos que julgarem incompatíveis com o texto original da medida. Depois disso, votarão o mérito. Segundo a decisão de Renan, a supressão dos jabutis não será considerada uma mudança no projeto e, por isso, a MP não precisará retornar à Câmara. O STF já considera os jabutis inconstitucionais. **3**

**Embaixadores para Indonésia e Sri Lanka aprovados **3****

**Avança MP sobre adiamento do Marco das ONGs **6****

### Setor produtivo defende ampliação do Supersimples

Participantes de sessão temática no Plenário avaliaram que, se mais empresas puderem aderir ao regime especial de tributação, a economia ganhará novo fôlego.

Projeto eleva para R\$ 900 mil o limite de receita bruta anual para uma microempresa aderir ao Supersimples. Para as pequenas, o teto passaria a ser de R\$ 14,4 milhões. **7**

### Para especialista alemão, usinas nucleares do Brasil não são seguras

Ontem, primeiro dia do seminário internacional do Senado sobre energia nuclear, o engenheiro alemão Dieter Majer afirmou que Angra 2,

em operação, e Angra 3, em construção, não são seguras porque seguem o padrão alemão de usinas nucleares, hoje consideradas ultrapassadas. **8**



Hélio José, Sarney Filho e Cristovam Buarque na abertura do seminário

Genaldino Mangel/Agência Senado



Projeto debatido ontem em sessão temática no Plenário recebeu modificações no Senado e deve retornar à Câmara

Pedro França/Agência Senado

### Medidas contra envio ao exterior de verbas sonegadas recebem elogios

Debate considerou que o intercâmbio automático de dados entre países e outras

ações previstas em convenção serão eficientes no combate à evasão fiscal. **5**

### Médicos: detecção precoce do câncer de mama é essencial para salvar vidas

Em reunião especial da CPI sobre violência contra a mulher, senadores de-

fenderam o direito à realização de mamografia pelo SUS a partir dos 40 anos. **2**



Aloizio Mercadante e Fátima Bezerra em audiência na Comissão de Educação

Marcos Oliveira/Agência Senado

### Mercadante propõe jogos de azar com taxa para educação

O ministro da Educação defendeu o debate sobre a regulamentação dos jogos de azar se os impostos arrecadados forem destinados a financiar a educação pública. Para Aloizio Mercadante, novos tributos devem entrar na discussão. **4**

**Reservatório pode ajudar a controlar vazão de rios **6****

**Comissão aprova repasse de gorjeta a funcionários **4****

**Caatinga deve virar prioridade para verbas **6****



Oncologistas e representantes do governo e de ONGs na sessão coordenada pela deputada Moema Gramacho (C)

# Prevenção é melhor arma no combate ao câncer de mama

Em debate da CPI sobre violência contra a mulher, médicas frisaram a importância do diagnóstico precoce para a cura. Senadores defenderam direito a mamografia pelo SUS a partir dos 40 anos

A ASSOCIAÇÃO ENTRE câncer de mama e gravidez é rara, mas vem aumentando pelo fato de que muitas mulheres estão tendo o primeiro filho aos 40 anos, quando a doença começa a aparecer com maior frequência. A observação é da médica mastologista Maria Aparecida Pereira, que ontem participou de debate sobre o tema “Prevenção, cura e reconstrução mamária: um direito que não pode ser violado”.

Promovido pela comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) que apura a violência contra as mulheres, o debate foi feito em homenagem ao movimento Outubro Rosa, de prevenção ao câncer de mama.

Maria Aparecida disse que o exame de mamografia é a melhor maneira de detectar precocemente o câncer de mama, que apresenta vários fatores de risco, entre eles o consumo regular de álcool e fumo, a obesidade e a exposição a radiações. Segundo ela, 80% dos cânceres não têm fator de risco e ainda assim a paciente apresenta a doença, contra os 20% restantes, relacionados a esses fatores.

— A detecção precoce só é possível com a mamografia. A prevenção é complicada,

porque há uma multiplicidade de fatores relacionados ao surgimento da doença. A mamografia pelo Sistema Único de Saúde (SUS) está indicada para pacientes entre 49 e 60 anos e tem 90% de resolução. Em paciente jovem, o diagnóstico é por ultrassom. A ressonância magnética é um método bom, mas não substitui mamografia.

A médica informou que em 2014 houve no Brasil 57 mil novos casos da doença, com o registro de 38 mil óbitos. O câncer de mama é o mais comum entre as mulheres.

— A cura a gente só obtém com diagnóstico precoce. Temos que pensar em uma forma do câncer de mama ser curado no país, e que todas as mulheres tenham direito de fazer a mamografia — ressaltou.

## Informação

A oncologista Luci Ishii, presidente da Associação Brasileira de Apoio ao Paciente com Câncer, que realiza mutirões preventivos em áreas carentes, acredita que as mulheres precisam de mais informação sobre a doença:

— A falta de conhecimento gera o medo e impede o tratamento da doença. Precisamos falar mais sobre o câncer de

mama, temos que começar isso cedo, desde a idade escolar. Devemos colocar isso de tal forma que a paciente em idade de risco não tenha medo de procurar o médico e se cuidar.

Presentes ao debate, Lasier Martins (PDT-RS) e Ronaldo Caiado (DEM-GO) criticaram a portaria do Ministério da Saúde 1.253/2013, que revogou a lei que garantia mamografia a partir dos 40 anos. Atualmente, o exame só pode ser feito pelo SUS a partir dos 50 anos. Os senadores são autores de proposição, ainda em tramitação na Casa, que suspende os efeitos da portaria.

Em resposta a eles, Maria Aparecida observou que não há como realizar exame em todo as pessoas e que por essa razão o sistema vê-se obrigado a selecionar o público-alvo, que vai dos 50 aos 69 anos.

Autora do requerimento da audiência pública, a deputada Moema Gramacho (PT-BA) disse que a sociedade deve ficar atenta em relação à cura e superação do câncer. Ela defendeu que a cirurgia plástica de reconstrução deve ser feita com a cirurgia oncológica de retirada da mama, para que o momento seja superado sem as marcas da mutilação.

## Flexa protesta contra cortes no setor de saúde

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) lamentou o corte de R\$ 12 bilhões na área de saúde, de acordo com o relatório-geral da proposta orçamentária para 2016.

O senador mencionou pesquisa do Datafolha, de acordo com a qual 93% dos brasileiros classificam o serviço de saúde como péssimo, ruim ou regular.

— Os brasileiros não querem provar os tais “remédios amargos” [anunciados pelo governo]. Não foram eles os culpados por essa situação de colapso.



## Dário lamenta mortes e destruição em Santa Catarina

Dário Berger (PMDB-SC) lamentou que Santa Catarina tenha sido atingida por fortes chuvas que castigam quase todo o território há 45 dias, deixando 4 mortos, 13 feridos e mais de 33 mil desabrigados.

Ele cobrou dos governantes a construção de barragens de contenção para evitar que cidades sejam alagadas pelas águas dos rios.

— Isso demonstra o quanto estamos despreparados para enfrentarmos esses episódios que se apresentam de forma recorrente em Santa Catarina.



## Gladson prega união nacional para superação da crise

Gladson Cameli (PP-AC) chamou a atenção para a “situação difícil” decorrente da crise política e econômica e pediu união nacional para superação das dificuldades. O senador atribuiu parte dos problemas do país à presidente Dilma Rousseff, mas advertiu que é preciso respeitar a lei e preservar as instituições.

— Se cada um de nós souber se conduzir, certamente sairemos dessa crise. Esse será o caminho para a recuperação da confiança e da autoestima da população.



Fotos: Jefferson Rudy/Agência Senado

## Comissão de juristas vai propor Código Brasileiro do Desporto

A comissão de juristas responsável pela elaboração de um anteprojeto para reforma do Código Brasileiro do Desporto será instalada amanhã, às 10h, no Salão Nobre do Senado. O anúncio foi feito por Jorge Viana (PT-AC), em Plenário.

— A revisão da legislação

desportiva no Brasil é urgente e deve ser priorizada, particularmente neste momento que vive o esporte brasileiro, às vésperas de uma Olimpíada com sede na cidade do Rio de Janeiro.

O anteprojeto será discutido posteriormente pelos parlamentares.

### ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- CDH Negociação coletiva**  
8h30 Audiência interativa debate normas gerais para a negociação coletiva na administração pública. Entre os convidados, estão o Ministério do Trabalho e sindicatos. Às 12h30, reunião deliberativa.
- CI Geração de energia**  
8h30 O PLS 371/2015, que destina recursos do FGTS para geração própria de energia em residências, está na pauta.
- CAS Câncer**  
9h Audiência interativa discute estratégias de prevenção e controle de câncer de colo do útero e de mama. A Sociedade Brasileira de Mastologia e o Instituto Nacional de Câncer (Inca) estão convidados.
- CCT Seminário Usinas Nucleares**  
9h Segundo dia do Seminário Internacional Usinas Nucleares — lições da experiência mundial. Participam especialistas e gestores nacionais e internacionais. Às 14h, painel “Da mineração de urânio às usinas nucleares e aos rejeitos radioativos: perspectivas e alternativas”.
- CDR Política de saneamento**  
9h A política nacional de saneamento básico é tema de audiência pública com participação da Funasa e da Agência Nacional de Águas (ANA).
- CE/CI Cadeirinha**  
10h As comissões promovem audiência interativa conjunta sobre a exigência de cadeirinha no transporte escolar.
- MP 685 Litígios tributários**  
10h Análise de relatório da MP, que cria o Programa de Redução de Litígios Tributários.
- CRA Deputados iranianos**  
10h A comissão recebe a visita de deputados da Comissão de Agricultura da Assembleia Consultiva Islâmica do Irã.
- CCJ Vinculação de salários**  
10h Na pauta consta a PEC 62/2015, que veda a vinculação automática entre subsídios de agentes públicos.
- MP 688 Risco hidrológico**  
11h Comissão de análise da MP, que divide o risco hidrológico entre hidrelétricas e consumidores, avalia relatório.
- PRESIDÊNCIA Confederações**  
11h30 Renan Calheiros recebe os dirigentes de confederações nacionais (CNI, CNA, CNT, CNCOP e CNseg). Às 16h, preside a ordem do dia.
- CPI DAS PRÓTESES Reunião**  
12h A CPI das Próteses se reúne para exame de requerimento.
- CMO Lei orçamentária**  
13h Reunião de líderes da Comissão Mista de Orçamento. Às 14h, análise da Lei Orçamentária 2016 e de relatórios.
- CAE Manipulação de taxa de câmbio**  
14h Audiência pública interativa sobre denúncias de formação de cartel para manipular taxa de câmbio no Brasil.
- PLENÁRIO Pauta trancada**  
14h MP 680/2015, que cria o Programa de Proteção ao Emprego, trava a pauta.
- AGENDA BRASIL Auxílio-capacitação**  
14h30 Comissão do Desenvolvimento Nacional analisa, entre outros, o PLS 103/2015, que cria o auxílio-capacitação ao jovem empreendedor do campo.
- CPI DO FUTEBOL Federações**  
14h30 Audiência pública interativa com presidentes de federações de futebol.
- MP 696 Estrutura da Presidência**  
14h30 Audiência pública interativa para instruir a Medida Provisória 696/2015, que redesenha a estrutura e as competências de ministérios e órgãos da Presidência da República.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

**Participe:** <http://bit.ly/audienciainterativa>  
• Alô Senado: 0800 612211  
**Acompanhe:** • Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania)  
• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)  
• TV: [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

### TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, reunião da Comissão de Constituição e Justiça. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Novo procedimento para análise das MPs anunciado ontem pelo presidente da Casa visa eliminar as emendas sem relação com o texto original

# Senado deverá suprimir “jabutis” antes de votar medidas provisórias

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, anunciou ontem em Plenário um novo procedimento que passará a ser adotado na análise de medidas provisórias. Os chamados jabutis — emendas sem relação com o tema original das MPs — poderão ser retirados pelos senadores antes da análise do mérito das propostas. Essas supressões, quando acontecerem, não exigirão que a MP volte para a Câmara dos Deputados.

Renan informou a decisão em resposta a uma questão de ordem de Ronaldo Caiado (DEM-GO), feita em junho, sobre as providências que o

Senado poderia tomar contra os jabutis.

Segundo Renan, a recepção das MPs pelo Senado, que é anterior à análise do mérito, deve levar em consideração se o texto inclui dispositivos sem pertinência temática e que não se encaixam nos critérios de urgência e relevância.

— A aprovação de qualquer texto depende do juízo positivo de admissibilidade de ambas as Casas do Congresso. O juízo de admissibilidade alcança todos os aspectos do processo legislativo. Portanto, compete ao Senado, antes da apreciação do mérito, avaliar os pressupostos constitucio-

nais do texto que lhe for encaminhado — declarou Renan.

Agora, quando uma MP for analisada pelo Plenário, os senadores terão a chance de destacar os trechos que julgarem incompatíveis com a iniciativa original. Os destaques que tiverem a supressão aprovada serão excluídos do texto para a segunda análise do Plenário, que será a de mérito.

A supressão dos jabutis, segundo a decisão do presidente do Senado, não será considerada uma modificação ao projeto. Portanto, não exigirá que a MP retorne à Câmara. Isso só acontecerá se o Senado promover alterações no texto

que restar após as supressões.

Na hipótese de não haver nenhuma mudança no mérito, a MP será promulgada ou enviada para a sanção presidencial, caso tenha sido transformada em projeto de lei de conversão (PLV).

Recentemente, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucional a inclusão de emendas em MPs que não tenham relação temática com o teor inicial do texto.

## Zelotes

Antes da sessão, Renan falou a jornalistas sobre a Operação Zelotes, da Polícia Federal, que apura suposto pagamento de propina ao governo para edição de três medidas provisórias em favor do setor automotivo: a 471/2009, a 512/2010 e a 627/2013.

— Eu não estou avaliando o andamento dessa investigação, mas é muito importante ficarmos atentos. Essas coisas serão esclarecidas. Do ponto de vista do Senado, vamos adiantar um procedimento para fazer uma avaliação de pertinência temática antes da avaliação de cada medida provisória. É uma resposta que o Senado vai dar — afirmou.

Íntegra da resposta de Renan sobre MPs: <http://bit.ly/respostaQuestaoOrdem>

## Alvaro quer Jobim como observador na Venezuela

Segundo Alvaro Dias (PSDB-PR), o veto à indicação do brasileiro Nelson Jobim para chefiar a



missão internacional de observadores das eleições na Venezuela, em dezembro, indica que o processo será marcado por fraudes.

— E as evidências ficam mais fortes quando se analisa a declaração do presidente venezuelano, Nicolás Maduro, de que vai vencer as eleições, “seja como for”.

O senador também lamentou a aprovação da MP 678/2015, sobre contratações para obras do sistema penitenciário, com “jabutis” sobre outros temas.

## Municípios vivem maior crise da história, diz Otto

Os municípios estão falidos. A constatação é de Otto Alencar (PSD-BA). O senador afirmou que muitas prefeituras estão em situação pré-falimentar. Apenas na Bahia, por exemplo, 80% dos prefeitos estão ameaçados de não ter recursos para pagar o 13º salário dos funcionários públicos.

A queda na arrecadação poderá fazer, de acordo com Otto, com que os prefeitos desrespeitem a Lei de Responsabilidade Fiscal.

— Os prefeitos estão sujeitos a uma situação que nunca houve na história do Brasil: ter contas rejeitadas por perda de arrecadação, e a culpa não é da prefeitura.

## Wellington pede mais investimentos na aviação regional

Wellington Fagundes (PR-MT) apresentou ontem a pesquisa *O Brasil que Voa*, divulgada pela Secretaria de Aviação Civil (SAC), em parceria com a Empresa de Planejamento e Logística (EPL).

O número de usuários cresceu 170% entre 2004 e 2014, chegando a 117 milhões de pessoas no ano passado.

Apesar dos resultados, Wellington pediu investimentos na aviação regional, com a construção de novos aeroportos. Atualmente são 3.590 municípios servidos por apenas 65 terminais.



Fotos: Jefferson Rudy/Agência Senado

## Renan defende Orçamento verdadeiro para o Brasil

Quanto mais verdadeiro for o Orçamento da União, melhor. A avaliação foi feita ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, ao comentar a decisão do governo de rever a meta fiscal para 2015.

— A confiança que o brasileiro quer é saber o que está acontecendo do ponto de vista do Orçamento. O que acontecerá com relação à previsão de receita, de despesas. Quanto mais

real, melhor. Quanto mais verdadeiro for, melhor — disse o senador.

Segundo a Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado, Renan disse que o Congresso vai fazer o possível para demonstrar que o Poder Legislativo está disposto a contribuir com uma saída para a crise econômica.

Os novos valores da meta fiscal do governo deverão ser enviados ao Congres-

so Nacional pela equipe econômica. A previsão do Ministério da Fazenda é de que o Orçamento da União tenha um déficit primário de R\$ 51,8 bilhões, o equivalente a 0,8% do produto interno bruto (PIB).

O déficit pode ser ainda maior, já que a nova meta para 2015 não incorpora as chamadas pedaladas fiscais, que incluíram atrasos de pagamentos do governo a bancos públicos.

## Indonésia e Sri Lanka terão novos embaixadores

O Senado aprovou ontem a indicação dos diplomatas Rubem Antonio Corrêa Barbosa para embaixador na Indonésia e Elizabeth-Sophie Mazzella di Bosco Balsa para representar o Brasil no Sri Lanka e, cumulativamente, na República das Maldivas. As nomeações vão agora à promulgação da Presidência da República.

Aprovado com 56 votos favoráveis, 3 contrários e 1 abstenção, Barbosa ingressou na carreira diplomática em 1974 e passou por cargos de destaque nas embaixadas em Portugal, Colômbia e Austrália.

Ao ser sabatinado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), ele afirmou esperar que a ratificação de seu nome e a entrega das credenciais ao governo da Indonésia signifiquem uma “virada de página” na crise entre o Brasil e aquele país no início deste ano.

Na ocasião, a presidente Dilma Rousseff recusou-se a receber as credenciais do embaixador da Indonésia no Brasil, Toto Riyanto, depois da execução pelo governo indo-



Nomeações de Barbosa para a Indonésia e de Elizabeth-Sophie para o Sri Lanka aguardam promulgação da Presidência

nésio dos brasileiros Marco Archer Cardoso Moreira, em janeiro, e Rodrigo Gularte, em abril. Eles foram condenados por tráfico de drogas, que leva à pena capital naquele país.

Durante a sabatina na CRE, Barbosa defendeu o acordo na área de defesa que está sendo negociado entre os dois países.

Também sabatinada pela CRE, Elizabeth-Sophie Mazzella di Bosco Balsa, indicada para a embaixada no Sri Lanka, disse identificar um grande potencial de incremento co-

mercial entre o Brasil e o Sri Lanka, com a consolidação do processo de paz naquele país.

A guerra civil encerrou-se em 2009 e, segundo a diplomata, o Sri Lanka vem se abrindo para investimentos estrangeiros, buscando a recuperação da infraestrutura em áreas como portos, aeroportos, energia e plataformas digitais.

Elizabeth-Sophie ingressou na carreira diplomática em 1982 e desempenhou diversas funções, como conselheira na embaixada brasileira na

Rússia, chefe da Divisão da Europa II do Itamaraty e, desde 2011, ministra-conselheira na embaixada do Brasil em Haia, na Holanda.

Segundo ela, o PIB do Sri Lanka cresce entre 6% e 8% por ano e o país também tem investido bastante na área do turismo.

Aprovada com 57 votos favoráveis, 2 votos contrários e 1 abstenção, Elizabeth-Sophie vai acumular também a representação na República das Maldivas.



Fotos: Geraldo Magalhães/Agência Senado - 27/10/2015

# Mercadante sugere novas fontes de recursos

Ministro da Educação defendeu regulamentação de jogos de azar e do Imposto sobre Grandes Fortunas e a recriação da CPMF como forma de arrecadar verbas para o setor

O MINISTRO DA Educação, Aloizio Mercadante, defendeu o debate sobre a regulamentação dos jogos de azar, considerando a possibilidade de vinculação dos impostos arrecadados ao financiamento da educação pública.

Em audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) proposta por Raimundo Lira (PMDB-PB), o ministro salientou que o jogo já é regular nos Estados Unidos e na maioria dos países da América Latina e da Europa.

Para Mercadante, no caso dos jogos pela internet, a regulamentação é mais do que indicada, já que os brasileiros que apreciam a atividade acabam acessando sites com base em outros países, sem gerar qualquer ganho para o Brasil.

— Se a pessoa não vai deixar de jogar, prefiro que jogue, pague impostos e gere atividade aqui no país — argumentou.

O ministro disse que os “jogos de azar” passarão a ser “jogos da sorte” caso os impostos do setor sejam destinados à educação.

## Impostos

Mercadante entende que outros tributos devem entrar na discussão sobre novas fontes de receitas, diante do quadro fiscal adverso e as necessidades de financiamento do Estado, nos diferentes níveis federativos. Ele se mostrou favorável ao retorno da CPMF proposto no pacote fiscal que o governo enviou ao Congresso. Pela proposta, a nova CPMF será destinada apenas ao financiamento da Previdência Social. Para o ministro, trata-se de um tributo fácil de arrecadar e que recai sobre pessoas físicas e jurídicas, inclusive sobre os contribuintes que sonegam outras taxas.

— É um imposto que pega o caixa dois, por isso desagrada os sonegadores — disse.

Fátima Bezerra (PT-RN), vice-presidente da CE, sugeriu



Mercadante fala a comissão sobre Pronatec e Fies e afirma que a pasta tem cortado gastos agindo com mais eficiência

que os recursos sejam também compartilhados com a área da educação. Ela anunciou que está sendo apresentado requerimento, de sua iniciativa e de outros senadores, para que na CE passe a funcionar subcomissão sobre soluções para o subfinanciamento da educação pública.

Outro tributo citado por Mercadante foi o Imposto sobre Grandes Fortunas. Já previsto na Constituição, ele precisa ser regulamentado. Para o ministro, o impacto sobre o patrimônio do contribuinte que deixa herança seria moderado.

— É absolutamente justo deixar a seus herdeiros a maior parte da fortuna e deixar uma parte menor como herança social — defendeu.

## Orçamento

Lasier Martins (PDT-RS) perguntou sobre alternativas para driblar a redução do orçamento da Educação, uma das pastas mais atingidas pelo ajuste fiscal. Do orçamento de R\$ 48,8 bilhões aprovado para 2015, R\$ 9,4 bilhões (19%) foram cortados. Mercadante disse que a solução é “fazer melhor, com mais eficiência e menos recursos”. Entre as medidas, informou, está um corte de 20% sobre os contratos de terceirização.

— Gasto público é como unha: tem que cortar sempre.

Mercadante mencionou a possibilidade de pregões eletrônicos conjuntos para compras de equipamentos de insumos e equipamentos, visando atender tanto as universidades quanto os institutos federais de educação técnica. Ele disse que já tratou do tema com a Andifes, a associação nacional de reitores. Com isso, acredita ser possível uma economia de recursos da ordem de 30%, similar ao resultado obtido com os pregões unificados para os hospitais universitários.

Ana Amélia (PP-RS) citou críticas de servidores à gestão dos hospitais universitários feita pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. Mercadante defendeu a contratação de quadros auxiliares pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), mas mediante concurso, segundo regras aprovadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Essas regras, de acordo com ele, acabam com o uso de recursos do SUS para apadrinhamento e terceirização precária.

## Bolsas

Em relação ao Pronatec, programa de financiamento de bolsas para estudantes no ensino técnico que já abriu 8,2 milhões de matrículas,

Mercadante informou que o ministério negociou parceria com o Sistema S, que inclui o Senac e o Senai. As entidades vão investir R\$ 5 bilhões na abertura de novas turmas.

O ministro registrou que o Sistema S possui poupança de R\$ 20 bilhões e arrecada igual montante por ano. Por isso, teria condições de ajudar o Ministério da Educação, que até aqui vinha repassando recursos ao sistema.

O ministro citou a possibilidade de aprimoramento no Programa de Educação de Jovens e Adultos. Hoje são investidos R\$ 5,6 bilhões ao ano, mas apenas 9,4% dos inscritos concluem a formação.

— Vamos permitir uma qualificação técnico-profissional, que motiva as pessoas — disse.

Mercadante defendeu os novos critérios de concessão de financiamento estudantil universitário pelo Fies. Ele disse que houve necessidade de reduzir o número de bolsas (serão 311 mil novos financiamentos este ano), mas que o maior “ruído” foi dos empresários do ensino.

Entre os novos critérios que desagradaram os empresários, o ministro citou o limite para os reajustes das mensalidades e a prioridade para as matrículas em instituições com notas 4 e 5 na avaliação dos cursos.

— O setor estava acomodado à nota 3, gastando menos com professores qualificados, com doutorado, instalações e laboratórios. É uma indicação de que a política do Fies ficou bem melhor que antes — disse.

## Universidades

Mercadante falou sobre o andamento do primeiro edital para autorização de novas faculdades de medicina, agora com prévia seleção dos municípios pelo ministério. Segundo ele, das 101 cidades que se candidataram, apenas 39 tinham condições de abrigar os cursos pela soma de critérios que envolviam oferta de leitos hospitalares e número de estudantes por equipes do Programa Saúde da Família.

O processo foi auditado pela Fundação Getúlio Vargas. Porém, houve interrupção por conta de reclamação formulada ao TCU por entidade preterida na instalação do curso. Ele informou que o tribunal agora está prestes a liberar o processo de seleção.

— A seleção será orientada por critérios republicanos e meritocráticos — disse.

Mercadante falou sobre as greves nas universidades e institutos federais de educação técnica. Na opinião dele, tem havido excessos, o que justifica o estabelecimento, “o quanto antes”, de regras sobre o exercício do direito de greve no setor público.

O ministro apresentou estatísticas sobre o tempo de paralisação nos últimos quatro anos: no caso dos professores, foram 10 meses e 15 dias; no quadro técnico-administrativo, 10 meses e 8 dias; e nos institutos federais, 9 meses e 6 dias. No conjunto, afirmou, o governo pagou R\$ 5 bilhões em salários sem as aulas correspondentes.

— Já fiz greve, que é um direito fundamental, mas precisamos discutir um acordo sobre o direito à educação — disse.

# Avança projeto que obriga repasse de gorjeta a empregados

Foi aprovado ontem na Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA) projeto que torna obrigatório o repasse aos empregados de taxas de serviço cobradas de clientes de bares, restaurantes, hotéis e motéis e das gorjetas dadas espontaneamente pelos consumidores. O critério de rateio será definido em acordo coletivo de trabalho ou assembleia dos trabalhadores, conforme substitutivo aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), acatado pelo relator na CMA, Valdir Raupp (PMDB-RO), em voto lido por Lídice da Mata (PSB-BA).

O texto original (PLC) 57/2010, do ex-deputado Gilmar Machado, buscava

resolver conflito responsável por mais da metade das demandas trabalhistas do setor, até por falta de tratamento à questão na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A gorjeta, espontânea ou cobrada sobre consumo, já é tratada na lei como remuneração do empregado, ao lado do salário pago pelo empregador. No entanto, não há regra para o rateio dos recursos nem mecanismos para fiscalização do repasse aos empregados.

Há ainda lacuna na lei quanto à tributação dos recursos repassados e à sanção para casos de descumprimento da obrigação de repasse. O substitutivo explicita que gorjeta não constitui

receita própria dos empregadores.

Também determina que, do valor total das gorjetas recebidas como taxa de serviço, as empresas inscritas no Simples Nacional poderão reter até 20% para custear encargos sociais, previdenciários e trabalhistas. Para as demais empresas, a retenção será de até 33% da arrecadação da taxa cobrada.

O empregador deverá anotar na carteira de trabalho e no contracheque dos empregados o salário contratual fixo e o percentual repassado a título de gorjeta. No caso de gorjeta espontânea, o texto obriga o empregado a declarar o valor recebido e também autoriza a retenção para cobrir encargos. A média

desse tipo de gorjeta nos últimos 12 meses deverá ser anotada na carteira de trabalho dos empregados, assim como o salário fixo pago pelo empregador.

Empresas com mais de 60 funcionários deverão constituir comissão de empregados para acompanhar e fiscalizar cobrança e distribuição da gorjeta. Para as demais, a fiscalização será feita por comissão intersindical.

O texto institui multa a ser paga ao trabalhador prejudicado, em valor correspondente a 1/30 da média da gorjeta por dia de atraso, limitada ao piso da categoria.

A proposta vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

# Evasão fiscal ficará mais difícil, aponta debate

Em audiência pública, especialistas afirmaram que o intercâmbio automático de dados entre os países e outras medidas vão coibir o envio clandestino de dinheiro ao exterior

COM A TROCA automática de informações entre os países, vai ficar cada vez mais difícil esconder dinheiro no exterior. A afirmação é do conselheiro do Centro para Política Fiscal e Administração da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) Paul Hondius, que ontem participou de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Hondius afirmou que o momento representa “a última chance” para os contribuintes declararem voluntariamente seus ativos no exterior. A partir de 2017, acrescentou, “é provável que sejam pegos” pelo intercâmbio automático de informações. Essa cooperação é prevista em convenção multilateral assinada pelo Brasil durante a Cúpula de Cannes do G-20, em novembro de 2011.

O conselheiro da OCDE fez um apelo em favor da ratificação da convenção pelo Congresso. O texto enviado pela presidente Dilma Rousseff está na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, onde tramita como PDC 84/2015. Sem a ratificação, a convenção não tem efeito prático para o Brasil.

Hondius disse que a OCDE estimula programas voluntários de declaração de ativos no exterior, que responderam pela arrecadação de US\$ 40 bilhões nos últimos cinco anos, em benefício de diversos países.



Raimundo Lira (3º à esq.) com Rafaelle Russo, o professor da USP Heleno Torres e Paul Hondius: perdas com evasão somam US\$ 240 bi ao ano, segundo estimativas

Outro participante da audiência, o líder do Projeto Beps da OCDE, Raffaele Russo, detalhou medidas contra a evasão fiscal em estudo pela organização. Beps é acrônimo do inglês *base erosion and profit shifting* (erosão tributária e transferência de lucros), que o projeto busca combater. Trata-se de planejamento tributário usado por multinacionais que se aproveitam de lacunas normativas e assimetrias dos sistemas nacionais de cobrança de impostos para transferir lucros a paraísos fiscais.

O novo modelo em estudo na OCDE, conforme Russo, apresentará soluções para desafios da globalização, como a tributação da economia digital e de ativos intangíveis e a

transferência de lucros de um país de alta tributação para um paraíso fiscal. Foi elaborado um plano com 15 ações com vistas a tributar o lucro onde a atividade econômica for realizada, e não em paraísos fiscais.

## Dribles na lei

As perdas calculadas pela OCDE com a evasão fiscal chegam a US\$ 240 bilhões por ano. Com o colapso de vários grandes bancos, “muita gente rica transferiu recursos para o estrangeiro”, de acordo com Russo, e movimento idêntico foi feito pelas corporações. Segundo ele, várias multinacionais passaram a driblar regras.

Questionado pelo senador Raimundo Lira (PMDB-PB) sobre os artifícios mais usados

por essas empresas para não pagar impostos, Russo citou uma combinação de diferentes esquemas com a falta de coordenação das agências governamentais.

Um desses esquemas é a empresa com duplo domicílio. No caso, a sede no paraíso fiscal assume contabilmente ônus superestimados, como juros e gastos financeiros excessivos, cujo pagamento é usado para mascarar a transferência do lucro obtido em outro país. A consequência disso, apontada pelo líder do Projeto Beps, é o desequilíbrio fiscal dos países onde a produção se realiza. Sem dinheiro, esses países aumentam o imposto sobre o consumo ou sobre a pessoa física.

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) perguntou a Russo se a ação da OCDE não provocaria a fuga de multinacionais do Brasil e de outros países em desenvolvimento. O líder do Projeto Beps disse haver um esforço grande no sentido de evitar “danos colaterais” no novo mecanismo.

Russo disse que 80% dos presidentes das grandes empresas concordam que as regras devem ser alteradas em busca de um sistema sustentável que promova o crescimento da economia dos países.

A audiência pública foi pedida por quatro senadores: Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Gleisi Hoffmann (PT-PR) e José Pimentel (PT-CE).

## Ana Amélia cobra fornecimento de nafta para as petrolíferas

Ana Amélia (PP-RS) cobrou da Petrobras a renovação do contrato temporário de fornecimento de nafta, matéria-



Jefferson Rudy/Agência Senado

-prima usada pelas indústrias de todos os polos petroquímicos do país, incluindo o de Triunfo (RS). Ela disse que as empresas recebem o produto por meio de contratos temporários e isso gera incertezas por causa do preço e da dificuldade de planejamento. De acordo com a senadora, a incerteza no fornecimento poderá forçar o fechamento de unidades.

— A consequência será a perda de postos de trabalho, queda da receita da União e impactos negativos sobre a balança comercial e o PIB.

Ela também cobrou do Ministério da Saúde a finalização do relatório sobre o registro de remédios para psoríase, doença crônica que atinge cerca de 5 milhões de pessoas no país.

## Petróleo do pré-sal pouco representará para o país, diz Ferraço

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) disse que o anúncio da montadora japonesa Toyota de que até 2050 deixará de



Jefferson Rudy/Agência Senado

produzir carros com motor a gasolina e diesel mostra que os combustíveis fósseis estão com dias contados. Isso significa, disse, que o petróleo da camada pré-sal, que nem foi explorado no Brasil, pouco representará quando se tornar realidade, pois até lá estará valendo menos no mercado.

— O risco que estamos correndo, em função desses equívocos, é de morrermos abraçados com esses bilhões de barris de petróleo sem que possamos colocar de pé um conjunto de políticas de interesse da sociedade — disse.

Ferraço criticou ainda o modelo de partilha para a exploração de petróleo. Ele defende o modelo de concessão para exploração e produção.

## Telmário comemora resultados dos 12 anos do Bolsa Família

Em discurso, Telmário Mota (PDT-RR) comemorou os 12 anos do Bolsa Família, ressaltando que o programa é “a maior marca da política social da história do país e exemplo de combate à pobreza”. Ao longo desse período, disse, 48 milhões de pessoas foram beneficiadas e 36 milhões delas deixaram a pobreza extrema.

O senador acrescentou que o Bolsa Família vai além do combate à fome e repercute também na educação e na saúde, pois os filhos de famílias beneficiárias devem ter frequência mínima nas aulas e o benefício possibilita melhoria na alimentação.

— Hoje, todas as crianças de famílias beneficiárias recebem vacinas e são acompanhadas em seu desenvolvimento físico e crescimento. É uma geração mais forte e saudável que está sendo preparada — afirmou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Para Lasier, programa precisa ser “blindado” contra corte de recursos

Lasier Martins (PDT-RS) também lembrou em Plenário os 12 anos de unificação de programas sociais no Bolsa Família, destacando que o maior programa de transferência de renda do mundo se transformou, em pouco mais de duas décadas, numa conquista social que tirou muita gente da extrema pobreza.

Diante da importância do Bolsa Família, ele precisa ser transformado em programa de Estado e não mais uma ação de governo, disse Lasier. O senador declarou que o Bolsa Família precisa ser “blindado” contra problemas orçamentários e “pedaladas” e criticou o atraso no repasse de verbas aos estados e municípios:

— Os brasileiros que dependem desse programa não podem ser prejudicados pela inabilidade gerencial do Planalto.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Capiberibe destaca pesquisa sobre falta de confiança nos políticos

João Capiberibe (PSB-AP) considerou preocupante o resultado de pesquisa do Ibope que revela a falta de



Jefferson Rudy/Agência Senado

confiança do brasileiro nas lideranças políticas do país. Ele afirmou que o descrédito atinge todos os partidos, demonstrando a descrença no sistema de poder brasileiro.

Para o senador, isso se deve ao fato de esse sistema se sustentar na apropriação indevida dos impostos pagos pelo povo. Além disso, salientou, parte do dinheiro arrecadado é usada para pagar os juros da dívida, que consumiu R\$ 311 bilhões apenas no ano passado. Capiberibe defendeu a formação de uma frente pela auditoria da dívida pública e disse que apresentará projeto sobre o tema.

— Precisamos saber o que é essa dívida. Precisamos saber como é que ela se compõe — disse o senador.

Comissão mista aprovou ontem o relatório sobre a MP que adiou a entrada em vigor da legislação sobre parcerias entre organizações da sociedade civil e o poder público

# Novo marco das ONGs segue para a Câmara

FOI APROVADO ONTEM, em comissão mista, o relatório sobre a medida provisória que adiou de julho deste ano para janeiro de 2016 a entrada em vigor do novo marco regulatório das ONGs (Lei 13.019/2014).

O texto, do deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), segue para votação pela Câmara dos Deputados e depois para o Plenário do Senado. Os parlamentares da comissão avaliaram que a MP 684/2015 possibilitará uma efetiva melhoria na prestação de serviços à população por meio de parcerias e convênios entre organizações da sociedade e o poder público, com menos burocracia e mais transparência.

Para Gleisi Hoffmann (PT-PR), o adiamento da vigência da norma foi necessário e possibilitou o aprimoramento do texto. Em sua opinião, a eliminação de aspectos burocráticos nas parcerias entre a administração pública e as organizações sociais é um

ponto importante da proposta aprovada.

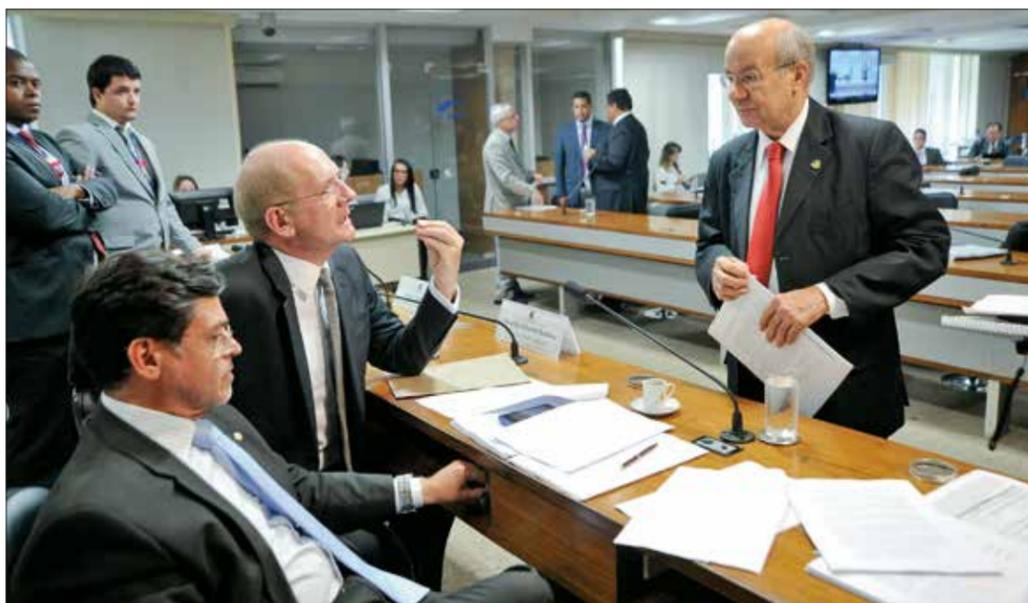
O marco legal anterior, para a senadora, era confuso e, na prática, cerceava a assinatura das parcerias por estar baseado em um modelo fiscalizatório ineficiente.

— No formato a ser implantado, mesmo nos casos em que os convênios possam ser estabelecidos dispensando o edital, o acompanhamento da prestação de contas por parte do poder público deverá ser dar durante a execução dos serviços ou da política — disse.

## Chamamento

O novo marco regulatório, segundo o relator, tem por fundamento o “chamamento público”. Trata-se de mecanismo pelo qual o acesso aos recursos destinados à prestação de serviços por parcerias com o terceiro setor deve necessariamente ser aberto a todas as entidades interessadas.

A ideia é que todo o processo de apresentação de propostas



O deputado Eduardo Barbosa (E), relator, com os senadores Paulo Bauer, presidente da comissão mista, e José Pimentel

e de escolha dos prestadores de serviço passe a ser público, pela internet. A prestação de contas também terá que ser pormenorizada e sujeita a fiscalização constante.

— Não basta mais apresentar uma planilha contábil. O poder público deverá acompanhar se as metas sociais

acertadas estão de fato sendo cumpridas — afirmou.

Barbosa destacou ainda que seu relatório permite que as ONGs possam realizar rifas, sorteios e ações semelhantes para incrementar os orçamentos.

O texto aprovado incorporou sugestão do senador Paulo

Bauer (PSDB-SC), presidente da comissão mista, para que a atuação de entidades estrangeiras no Brasil tenha prioridade na liberação do registro por parte do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, quando for fruto de acordo celebrado com o governo brasileiro.

## Avança criação de reservatórios de acúmulo de água

Para regular a vazão dos rios e evitar problemas em épocas de seca, como corte no fornecimento de água e de energia, poderá ser instituída política de criação e operação de reservatórios de acumulação de recursos hídricos em pontos estratégicos ao longo dos cursos d'água. Projeto (PLS 505/2015) nesse sentido, de Sandra Braga (PMDB-AM), foi aprovado ontem na Comissão de Meio Ambiente (CMA)

e segue para a Comissão de Infraestrutura (CI). A autora sugere que as barragens de formação dos reservatórios possam ser usadas em atividades econômicas não consumidoras de água (como de lazer) para custear sua manutenção.

Ela observa que só uma em cada quatro hidrelétricas leiloadas entre 2000 e 2012 segue o modelo de grande reservatório, sendo as demais “a fio d'água”, que geram energia

aproveitando a velocidade do rio. O formato reduz impactos ambientais, mas tem a desvantagem de não possibilitar a regularização da vazão dos rios. Com o projeto, ela quer assegurar a construção dos reservatórios “onde os benefícios locais podem suplantar os impactos sociais e ambientais negativos e, ao mesmo tempo, serem compatíveis com o desenvolvimento sustentável”.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) criticou a opção da União por hidrelétricas “a fio d'água”.

Otto Alencar (PSD-BA), relator na CMA, apresentou emendas de redação e para excluir a construção de reservatórios em cabeceiras de rios. Como ressalta, a área no entorno de nascentes é de preservação permanente e a construção de barragem compromete a geração de recursos hídricos.

Mais sobre entraves ambientais: <http://bit.ly/entraves>



Sandra Braga, autora do projeto aprovado, conversa com Otto Alencar, relator

## Projeto inclui Caatinga nas prioridades do Fundo Nacional do Meio Ambiente

Iniciativas de proteção da Caatinga podem ser incluídas entre as prioridades na aplicação de recursos do Fundo Nacional de Meio Ambiente (Lei 7.797/1989), conforme projeto de Lídice da Mata (PSB-BA) aprovado ontem na Comissão de Meio Ambiente (CMA). A proposta (PLS 578/2015), destaca a autora, visa reduzir dificuldades de financiamento de ações de conservação da Caatinga, que tem só 7,8% da área protegida por unidades de conservação.

A porcentagem, frisou Lídice, está abaixo da meta de 10% assumida pelo Brasil na Convenção da Diversidade Biológica para todos os biomas do país, com exceção da Amazônia, cuja meta é de 30%.

Projetos que preservem e recuperem a Caatinga são essenciais para a manutenção das bacias hidrográficas situadas no bioma e para

mitigar os efeitos das secas, observa Lídice.

Em apoio ao projeto, o relator na CMA, Otto Alencar (PSD-BA), lembra que o bioma é o único integralmente em território brasileiro e um dos mais ameaçados e que é um erro associar o aspecto seco da vegetação à baixa diversificação da fauna e flora:

— Para desvendar sua riqueza, é necessário um olhar mais atento, capaz de perceber a elevada biodiversidade, a relevância biológica e a beleza peculiar.

Ele destaca a existência de 97 espécies de répteis, 45 de anfíbios e mais de 200 de aves, a diversidade vegetal do bioma e o interesse da pesquisa nas estratégias das espécies para sobreviver aos longos períodos sem chuvas.

O texto vai à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para decisão final.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:** Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Iccassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Coordenação de Edição:** Silvio Burle  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

## JORNAL DO SENADO

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

# Ampliar o Supersimples pode beneficiar produção

Projeto que permite a um maior número de empresas a adesão ao sistema foi elogiado ontem por parlamentares e representantes do setor produtivo em sessão temática do Senado

A APROVAÇÃO DE projeto de lei da Câmara (PLC) que amplia a possibilidade de adesão de mais empresas ao regime especial de tributação do Simples Nacional (Supersimples) pode dar novo fôlego para o setor produtivo brasileiro. Essa foi a impressão que ficou de sessão temática sobre a proposta realizada ontem no Plenário do Senado.

— O Simples vai dar o oxigênio para o Brasil real sobreviver. Existe o medo [das micros e pequenas empresas] de crescer, porque quem sai do Simples cai no complicado. É uma redoma de sobrevivência. Os outros países não têm o manicômio tributário brasileiro. É um verdadeiro inferno quando se sai do Simples — resumiu Guilherme Afif Domingos, ex-secretário da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República.

A maioria dos participantes da sessão compartilhou dessa visão. O projeto debatido (PLC 125/2015 — Complementar) eleva o limite de receita bruta anual para uma microempresa aderir ao Supersimples de R\$ 360 mil para R\$ 900 mil. Para as empresas de pequeno porte, o intervalo de adesão ao regime será de R\$ 900 mil a R\$ 14,4 milhões. Atualmente é de R\$ 360 mil a R\$ 3,6 milhões.

— A gana arrecadatória do governo entortou a boca e não tem como desentortar. É preciso pensar diferente com quem dá emprego no Brasil. A ânsia arrecadatória do Ministério da Fazenda não tem limite — declarou o deputado federal Jorginho Mello (PR-SC), presidente da Frente Parlamentar Mista da Pequena e Micro Empresa.

## Crédito

O relator da proposta na Câmara, deputado João Arruda (PMDB-PR), ressaltou como inovação promissora — idealizada por Afif quando ministro — o incentivo às empresas simples de crédito. Esses empreendimentos ajudariam a aumentar o volume de crédito disponível para micros e pequenas empresas, concedido de forma menos burocrática e a juros mais baixos.

O impacto positivo do Supersimples também foi assinalado por Bruno Quick, representante do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), e por Carlos Bittencourt, diretor do Departamento da Micro, Pequena e Média Indústria da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp).

— Apesar de o Simples gerar 93% dos postos de trabalho



O presidente do Senado, Renan Calheiros, conduz o debate em Plenário ao lado da senadora Marta Suplicy, que ouviu apelos para acelerar a tramitação do texto

## Proposta deve voltar para a Câmara, informa relatora

Marta Suplicy (PMDB-SP), relatora do PLC 125/2015, afirmou que o projeto terá que retornar à Câmara devido a modificações feitas no Senado sobre o texto que havia sido aprovado pelos deputados.

A senadora disse que tem pressa na aprovação da proposta, que está na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

— Já estamos aceitando colaborações de diversos setores. A ideia é aprovar quanto antes para que, na primeira semana de dezembro, já esteja na Câmara — disse a relatora depois de ouvir o apelo de outros senadores pela rapidez na tramitação do projeto.

Segundo Marta, o texto prevê a vigência da lei a

partir de janeiro de 2016, mas a data terá de ser alterada para janeiro de 2017, conforme acordo feito na Câmara com o Ministério da Fazenda.

— A ideia era analisarmos o projeto sem ter que voltar à Câmara, mas vimos que isso não será possível porque vai ser necessária uma correção. Houve um erro de redação. O projeto foi colocado para entrar em funcionamento em 2016, mas nós todos sabemos que isso é absolutamente impossível. Então vai ter que voltar para ser iniciado em 2017 — explicou.

O líder do Democratas no Senado, Ronaldo Caiado (GO), disse que a proposta tem total apoio da bancada e lamentou o atraso na tramitação.

Paulo Bauer (PSDB-SC) fez um apelo para que o projeto passe pelo Senado neste ano.

### Sucesso

Ao defender o texto, o líder do governo no Congresso, José Pimentel (PT-CE) disse que prefeituras e governos estaduais não terão perda de arrecadação se o PLC for aprovado.

Em relação à União, explicou o senador, poderá haver perdas iniciais, que serão superadas posteriormente.

— Não é verdade dizer que o que estamos fazendo vai prejudicar prefeituras e estados. Isso é faltar com a verdade. O custo de arrecadação para os municípios é zero. Isso implica menos custo para arrecadar o ISS e

a certeza que vai arrecadar em dia — argumentou.

Ana Amélia (PP-RS) lembrou as dificuldades enfrentadas pelos pequenos empresários para fazer os negócios prosperarem.

A senadora deu o exemplo das pequenas cervejarias, obrigadas a conviver com quase 60% de carga tributária sobre os produtos.

O senador Wellington Fagundes (PR-MT) também elogiou o sistema de arrecadação simplificado de tributos em vigor há quase nove anos.

— O Simples pode ser considerado um estrondoso sucesso, com redução de carga e simplificação de procedimentos. Os bons resultados nos encorajam a ampliar o regime — afirmou.

## Para Renan, texto vai tirar empresas da informalidade

O presidente do Senado, Renan Calheiros, defendeu a ampliação do limite de faturamento para que mais empresas se enquadrem no regime especial de tributação.

Para ele, os efeitos a médio e longo prazos serão positivos, e a proposta vai tirar da informalidade grande número de empresas que hoje não se sentem estimuladas pelo regime diferenciado.

O senador lembrou que as micros e pequenas empresas vêm contratando mais trabalhadores, enquanto médias e grandes demitem.

— São as micros e pequenas que mais empregam no país. No ano passado, elas geraram 769 mil novos postos de trabalho [...] Esse segmento nunca decepciona o Brasil — afirmou, na abertura da sessão temática.

O PLC 125/2015 foi aprovado na Câmara em setembro. Além de aumentar os limites para adesão de empresas ao Simples Nacional, o texto beneficia os microempreendedores individuais (MEIs). Nesse caso, o limite sobe de R\$ 60 mil para R\$ 72 mil. O MEI é aquele empresário que trabalha sozinho ou, no máximo, com uma outra pessoa contratada.

As sessões temáticas são convocadas pelo presidente do Senado toda vez que considera necessário debater especificamente um tema em tramitação na Casa.

Exploração do pré-sal, regulamentação do trabalho terceirizado e reforma política foram alguns dos assuntos já discutidos pelos senadores com convidados neste ano, em Plenário.

[na última década], essa capacidade está ameaçada. O setor de comércio e indústria precisa muito desse apoio e daí o projeto ser muito bem-vindo — comentou Quick.

Bittencourt fez um apelo pela aprovação de uma

legislação que incentive aqueles “que produzem, geram emprego e ajudam a pagar os impostos”.

Críticas ao PLC foram feitas apenas pelo secretário-executivo do Comitê Gestor do Simples Nacional, Silas Santiago.

Representante do Ministério da Fazenda, ele avaliou que o texto aprovado na Câmara e enviado ao Senado trará perda de arrecadação estimada em R\$ 18 bilhões em 2018.

— Isso reflete nos repasses [da União] para estados e

municípios — advertiu, considerando inadequada a ampliação do limite para adesão ao Supersimples.

— Quando se colocam todas as empresas do país no mesmo patamar, se matam a micro e pequena empresa — afirmou.

# Angras 2 e 3 são inseguras, diz engenheiro alemão

Em seminário, Dieter Majer lembrou que as usinas nucleares da Alemanha, que estão ultrapassadas e serão desativadas até 2022, serviram de modelo para as do Brasil

O ENGENHEIRO ALEMÃO Dieter Majer colocou em dúvida os níveis de segurança das usinas nucleares brasileiras Angra 2 e Angra 3. Ele lembrou que a construção de ambas foi baseada em projetos da Alemanha e afirmou que as usinas nucleares alemãs são consideradas ultrapassadas e não cumprem os critérios mais recentes de segurança.

Especialista em segurança nuclear e com trabalhos prestados para o governo alemão, Majer participou ontem, por videoconferência, do seminário Usinas Nucleares — lições da experiência mundial, realizado no Senado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Angra 2 começou a operar em 2001. Angra 3 deve entrar em operação em 2018. Ambas se localizam em Angra dos Reis, no litoral sul do Rio de Janeiro.

De acordo com o engenheiro alemão, as duas usinas estão longe do estado atual — e ideal — de tecnologia e prevenção. Na visão de Majer, as estruturas de Angra 3 teriam de ser refeitas e a usina teria de passar por uma reconstrução completa.

— É preciso saber se o público aceita [esse nível de segurança]. As autoridades devem informar a situação à população brasileira — alertou.

## Fukushima

Majer disse que o acidente da usina de Fukushima, no Japão, em 2011, evidencia que a produção de energia nuclear traz riscos inaceitáveis. Ele relatou que historicamente o apoio à energia nuclear dividia os alemães em praticamente “50% a 50%”. No entanto, o acidente em Fukushima mudou o pensamento alemão.



Especialistas participam de seminário do Senado sobre energia nuclear, que hoje terá segundo e último dia de debates

O acidente ocorreu por causa do derretimento de reatores, depois que um tsunami atingiu a usina. Os níveis de radiação no entorno da usina superaram em oito vezes o limite de segurança. Cerca de 300 mil pessoas tiveram de ser evacuadas da região.

— A energia nuclear não tem mais futuro na Alemanha — disse ele, acrescentando que as 19 usinas do país serão desativadas até 2022.

Presidente do Agrupamento de Cientistas para a Informação sobre a Energia Nuclear, a francesa Monique Sené criticou o sistema de segurança das usinas francesas. Ela lembrou que a usina de Saint-Laurent registrou acidentes graves, em 1969 e 1981, em reatores diferentes. A pesquisadora acrescentou que em Chernobyl, na Ucrânia, o acidente de 1986 não terminou, porque as consequências ainda estão presentes.

— Os acidentes obrigam a modificações, na busca da segurança. Não podemos negligenciar nada.

O engenheiro de segurança nuclear Eduardo Souza Motta,

membro da Associação dos Fiscais de Radioproteção e Segurança Nuclear (Afen), disse que o foco deve ser a segurança total das instalações e sugeriu a criação de uma agência governamental especializada no assunto.

O engenheiro Sidney Luiz Rabello, também membro da Afen, na mesma linha, apoiou a criação de uma agência para a energia nuclear e disse que os requisitos para a segurança precisam ser altamente criteriosos.

## Carta ao governo

O seminário internacional, que continua hoje, no Auditório do Interlegis, no Senado, tem como objetivo discutir os benefícios e os riscos da energia nuclear. Foram convidados para o evento especialistas, cientistas e autoridades da área no Brasil e em cinco países.

Cristovam Buarque (PDT-DF), presidente da CCT, informou que as conclusões do encontro serão reunidas em uma carta a ser enviada ao governo federal.

O impasse quanto ao que fazer com os rejeitos na pro-

dução de energia nuclear foi outro tema do seminário.

O físico francês Bernard Laponche admitiu que o problema é “considerável e grande”. Segundo ele, que é ex-funcionário do Commissariado de Energia Atômica da França e ex-diretor geral da Agência Francesa pelo Controle da Energia, as filosofias da geração de energia do século 20 já se tornaram obsoletas.

— Todo mundo já percebeu que é preciso mudar o sistema energético — disse Laponche, lembrando que o Brasil é um país privilegiado quanto às possibilidades de geração de energia limpa.

Segundo ele, os dejetos radioativos podem poluir o solo, os mangues e os rios. Assim, é preciso haver ações de proteção. Laponche ponderou, no entanto, que é difícil prever a reação das usinas a acidentes naturais.

O físico observou que muitos países têm pensado em reservas subterrâneas ou em minas de sal para armazenamento de lixo nuclear, mas admitiu que por ora não há solução satisfatória.

— É importante saber o que está acontecendo, por exemplo, com as piscinas de Angra 1 — alertou Laponche, fazendo referência às áreas de reserva de dejetos da primeira usina brasileira.

Ele afirmou que nos Estados Unidos as energias eólica e elétrica hoje são mais baratas que a energia nuclear. Laponche destacou a situação de Portugal, que, em poucos anos, deve ter toda a produção de energia de origem renovável. Segundo o estudioso, o Brasil tem grande potencial, principalmente no Nordeste, para a produção de energia eólica.

## Ventos

O professor Luiz Pinguelli Rosa, doutor em física e ex-presidente da Eletrobras, classificou de positivo o crescimento da energia eólica e da energia solar em muitos países. No Brasil, registrou Pinguelli, a geração de energia eólica é a que mais cresce. Ele reconheceu, porém, que a solar apenas “engatinha” e precisa rever algumas estratégias.

— O Brasil precisa de uma política de incentivo, pois o custo dessas energias é alto. O retorno, no entanto, é positivo — declarou, acrescentando que não considera a energia nuclear a mais adequada para o país.

Para Pinguelli, a produção de energia nuclear precisa entrar “em compasso de espera”. Ele disse que o custo é alto e crescente e que não há no horizonte soluções para o problema da segurança. Além disso, acrescentou o professor, novas tecnologias podem surgir e apontar outros caminhos para a geração de energia.

— O Brasil tem muitas outras formas de geração de energia elétrica.

## Para parlamentares, Brasil deveria priorizar energia limpa

A energia nuclear, apesar de não ser renovável, tem uma enorme vantagem sobre as fontes fósseis de energia, já que não emite gases de efeito estufa.

Além disso, o custo da produção desse tipo de energia é hoje mais barato do que o das energias solar e eólica.

No seminário de ontem, contudo, parlamentares avaliaram que essas vantagens da energia nuclear não são suficientes diante dos riscos de acidentes.

Eles temem que se repita no Brasil vazamentos de material radioativo como os que ocorreram na usina ucraniana de Chernobyl, em 1986, e na japonesa de Fukushima, em 2011.

— Precisamos de mais usinas, apesar de todos os riscos, ou precisamos de mais pesquisas para fazer usinas sem riscos? — questionou Cristovam Buarque (PDT-DF), presidente da CCT.

Hélio José (PSD-DF), vice-presidente da CCT, avalia que o Brasil é capaz de atender a demanda de energia futura sem a necessidade de novas usinas nucleares.

O senador observou que o custo da energia eólica e solar tende a cair à medida que a escala aumenta:

— Eu preferiria colocar investimento na energia solar, na biomassa e na eólica do que na nuclear, que tem o megawatt mais barato, mas tem esses males como a

questão da segurança.

Criador da Frente Parlamentar Ambientalista para o Desenvolvimento Sustentável e ex-ministro do Meio Ambiente, o deputado federal Sarney Filho (PV-MA) disse que o governo não deveria levar adiante a ideia de construir mais quatro usinas nucleares até 2030 — além de Angra 3, que está sendo terminada. Em vez, disso, apontou o deputado, o país deveria priorizar as fontes de energia renovável como biomassa, eólica e solar.

— É preciso ajudar a clarificar o perigo que é a energia nuclear. O Brasil não precisa da energia nuclear para atender a sua demanda de energia — afirmou Sarney Filho.

## País armazena lixo nuclear em lugar perigoso, alerta ex-chefe da Eletrobras

No Brasil, o lixo nuclear é armazenado em áreas próximas às usinas Angra 1 e Angra 2, mas especialistas advertem que a solução não é satisfatória. O físico Luiz Pinguelli Rosa, ex-presidente da Eletrobras, diz:

— Esse material está armazenado no terreno dos reatores nucleares em Angra dos Reis. O problema é que é uma área com propensão a desabamentos — observou.

Os rejeitos de baixa e média radioatividade são guardados em depósitos provisórios ou permanentes. O grande problema está no lixo de alta radioatividade, como restos do combustível que move as usinas. Esse material, que leva

milhares de anos para ter sua radioatividade reduzida, é armazenado provisoriamente em piscinas especiais localizadas próximas ao reator.

O ativista Francisco Whitaker, da Comissão Brasileira Justiça e Paz, criticou a decisão do governo de prosseguir com a construção de Angra 3 depois do acidente em Fukushima.

Whitaker disse que a sociedade é tanto beneficiária da energia nuclear quanto potencial vítima de um acidente.

— A probabilidade de acontecer é de 0,001%, mas esse “unzinho” é terrível. Significa milhares de pessoas evacuadas, que não poderão voltar às suas casas.